

Apresentação do Dossiê

Dossiê Fontes “alternativas” da cultura da mídia e História: usos e interpretações

É comum nos cursos de História que os estudantes sejam apresentados, logo no início de sua formação, à ideia de que “tudo é História” e, por consequência, tudo pode ser fonte. A formulação costuma aparecer condensada na imagem proposta por Marc Bloch, a do “ogro da lenda”, segundo a qual o historiador fareja carne humana em todos os lugares. A máxima não afirma apenas a amplitude potencial do campo historiográfico, mas indica que qualquer vestígio da experiência humana é passível de ser interrogado historicamente, desde que submetido a um problema, a um método e a critérios de análise rigorosos. Ainda assim, essa abertura teórica convive, ao longo do tempo, com hierarquias persistentes que regularam quais objetos efetivamente alcançariam reconhecimento como fontes legítimas.

Essa tensão se evidencia de modo particularmente claro na abordagem de Michel Vovelle às histórias em quadrinhos em *Imagens e imaginário na História*. Ao dedicar dois breves capítulos ao tema, o historiador sentiu a necessidade de se justificar diante de seus pares, sinalizando o desconforto que ainda cercava o uso desse tipo de material no interior da disciplina. Em “A morte e o além-túmulo nas histórias em quadrinhos”, Vovelle delimita o

público dessas narrativas como variando “desde os adolescentes até os adultos retardados”¹, formulação que revela menos sobre os leitores do que sobre os juízos de valor que atravessavam a cultura acadêmica, mesmo após a consolidação da História Cultural.

O comentário de Vovelle não deve ser tomado como um desvio isolado, mas como indício de um regime de legitimidade que operava por meio de exclusões tácitas e constrangimentos simbólicos. Marc Ferro oferece um testemunho eloquente desse funcionamento ao relatar que, ao manifestar nos anos 1960 o interesse em estudar o cinema como fonte histórica, ouviu de Fernand Braudel a recomendação para fazê-lo em silêncio, devendo antes assegurar a defesa de sua tese. O conselho, formulado como cautela acadêmica, deixa entrever um ambiente no qual o direito à palavra dependia menos do problema apresentado do que da posição já assegurada no campo, reservando a iniciativa e a visibilidade àqueles suficientemente consolidados para não perturbar equilíbrios estabelecidos. O episódio não remete a uma idiosincrasia individual, mas a um clima disciplinar no qual certos objetos exigiam prudência, mediação e adiamento para serem reconhecidos como passíveis de perscrutação histórica.

A articulação entre a máxima de Bloch, a cautela expressa por Vovelle e a anedota relatada por Ferro permite compreender que a afirmação segundo a qual tudo é e pode ser fonte nunca se realizou de modo pleno e imediato. A abertura teórica coexistiu, assim, com práticas seletivas que atrasam a incorporação de certos materiais ao repertório historiográfico, mesmo quando esses objetos já ocupavam lugar central na vida social, nos circuitos de circulação cultural e nos modos de produção de sentido.

É nesse ponto que se inscreve a proposta deste dossiê. Ao reunir

¹ VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997, p. 372.

trabalhos que se debruçam sobre fontes frequentemente classificadas como alternativas, o conjunto aqui apresentado parte do reconhecimento de que esses materiais nunca estiveram fora da História, mas fora de determinados regimes de validação disciplinar. Quadrinhos, desenhos animados, produções audiovisuais, imagens seriadas e outros registros de ampla circulação são tratados como documentos historicamente produzidos, atravessados por disputas simbólicas, condições técnicas específicas e modos particulares de endereçamento.

Para além de uma suposta novidade desses objetos, o interesse deste dossiê recai sobre os critérios que presidiram sua aceitação tardia como fontes. O volume se abre com o artigo ***“All-Negro Comics (1947) e os regimes de protagonismo negro nos quadrinhos estadunidenses”***, do historiador Márcio dos Santos Rodrigues, que toma o primeiro número da revista como problema historiográfico. Distanciando-se de leituras celebratórias, o texto reinscreve *All-Negro Comics* nas cadeias de produção, circulação, apagamento e recuperação que condicionaram sua existência. A análise se detém na materialidade do impresso, na organização interna das histórias e no cálculo editorial que estrutura a alternância de gêneros, demonstrando como a revista redistribui, de modo sistemático, a agência negra no interior de formas populares. A revista em questão é tratada também como artefato histórico, no qual se condensam disputas por visibilidade negra no imediato pós-Segunda Guerra.

Na sequência, o artigo ***“Bombas de cogumelos e calças quadradas: Bob Esponja e a latência da bomba atômica em desenhos animados”***, de Mario Marcello Neto, desloca a reflexão para o campo da animação televisiva e da cultura pop globalizada e demonstra, de modo preciso, como o trauma pode ser historicamente investigado fora dos registros explícitos. A partir do conceito de latência atômica, o texto mostra que o trauma nuclear se manifesta na série Bob Esponja por meio de inscrições difusas, recorrentes e não tematizadas, presentes

em toponímias, imagens e soluções estéticas aparentemente banais. O artigo explicita, assim, um procedimento analítico fundamental para o estudo histórico do trauma, ao evidenciar que seus rastros se reconhecem na banalização e na circulação ampliada de signos no interior da cultura de massas.

Na sequência, o artigo **“Maratonando o tempo perdido: o passado nostálgico no catálogo da Netflix”**, de Fabricio Silva Parmindo, desloca o debate para o campo das plataformas digitais e do audiovisual contemporâneo. A partir de uma análise sistemática de produções originais da Netflix, o autor investiga a nostalgia como sentimento histórico, articulando imagens, sons, algoritmos e estratégias de mercado. O texto trata a plataforma como fonte histórica complexa, cuja materialidade não se reduz às obras veiculadas, mas inclui seus modos de produção, circulação e recomendação, revelando disputas simbólicas em torno do passado, da memória e da temporalidade no capitalismo digital.

O quarto texto, **“Weyu - Tempo Ingarikó: a coexistência entre o ancestral e o digital e sua importância no processo de ensino e aprendizagem”**, de Larangerá Maurício Salles Ingaricó e Ananda Machado, desloca de maneira decisiva o eixo do dossiê ao tratar epistemologias indígenas, oralidade e registros audiovisuais como fontes históricas legítimas. Ao discutir o tempo Ingarikó, os autores tensionam categorias ocidentais de história, documento e arquivo, evidenciando outras formas de produção e salvaguarda da memória, enraizadas na experiência territorial, na oralidade e na mediação tecnológica.

Por sua vez, não menos importante, **“O cheiro do porão: segregação e crise habitacional no filme *Parasita* (2019)”**, de Silvia Cristina Lambert Siriani, apresenta uma leitura que avança com notável desenvoltura interpretativa, mobilizando com agilidade um vocabulário crítico já bem assentado para tratar

o cinema sul-coreano como via de acesso às desigualdades urbanas contemporâneas. O filme de Bong Joon-ho surge como evidência quase autoexplicativa dos processos de financeirização da moradia e de segregação espacial, em um percurso analítico que privilegia a fluidez argumentativa e a segurança enunciativa. Já o artigo **“Representações dos campos de concentração nas histórias em quadrinhos de super-heróis (1939–1945)”**, de Victor Callari, para finalizar esta parceria, perscruta a presença escassa e pouco definida dos campos de concentração nas HQs estadunidenses do período. Callari busca sustentar que essa rarefação, para além de silenciamento deliberado, resultaria da circulação limitada de informações durante a guerra, o que teria produzido representações genéricas, desvinculadas da iconografia posteriormente associada ao Holocausto. Ao analisar capas e narrativas do período, o texto enfatiza os limites informativos e as convenções do gênero super-heroico.

Em conjunto, os artigos reafirmam que a questão central se organiza em torno dos regimes de reconhecimento que historicamente definiram o que pode ocupar lugar central no arquivo historiográfico. O dossiê sustenta que esses materiais integram o campo historiográfico com plena consistência analítica e que sua incorporação se vincula a revisões nos critérios de validação adotados pela disciplina. Ao afirmar essa posição, o conjunto aponta a necessidade de examinar criticamente os protocolos que regulam o arquivo historiográfico e de assumir, sem concessões retóricas, a pluralidade efetiva das formas documentais que estruturam a escrita da História.

Márcio dos Santos Rodrigues (Instituto Federal do Maranhão)

Victor Callari (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)